



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
31-12-2023**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PRESIDENTE, DIRETORES E ADMINISTRADORES
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras.

CONTEXTO

Nossa auditoria do ano de 2023 foi planejada e executada levando em consideração as operações da Entidade.

Levamos em consideração os saldos anteriores das contas patrimoniais, pois as mesmas foram auditadas por esta auditoria e apresentaram conformidade com as contadas na contabilidade atual. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo as respectivas contas patrimoniais.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.



PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX
CRC – SP 2SP026076 “S”
Maria Cecilia Casanova
CRC-RS nº -53454 “T” – “SP”

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL**Rio de Janeiro - RJ****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****A T I V O**

Valores expressos em R\$

	Nota	31-DEC-23	30-DEC-22
CIRCULANTE		3.564.635	4.413.045
DISPONIBILIDADES		1.820.506	3.075.607
Caixa e bancos	4.1	53.889	1.276.593
Aplicações de liquidez imediata	4.1.3	14	32.411
Aplicações Banco do Brasil - Bloqueadas	4.1.4	1.766.603	1.766.603
DIREITOS REALIZÁVEIS		1.744.129	1.337.438
Adiantamentos a delegação esportiva	4.1	9.544	1.775
Adiantamentos a dirigentes	4.2	150.663	150.663
Créditos pessoais		-	575
Outros adiantamentos		-	35.258
Adiantamento para prestação de contas	4.3	1.149.167	1.149.167
Outros direitos realizáveis	4.4	434.755	-
NÃO CIRCULANTE		2.461.561	1.477.846
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.739	35.739
Carta de crédito	5.1.1	35.739	35.739
PERMANENTE		2.425.823	1.442.107
Despesas pagas antecipadamente		178.586	178.586
Depósitos de bloqueios judiciais	5.1.2	617.791	284.226
IMOBILIZADO	5.2	1.629.445	1.157.882
Imóveis		2.023.312	2.023.312
Equipamentos		258.144	250.683
Computadores e Periféricos		187.369	187.369
Instalações		185.653	185.653
Moveis e Utensílios		281.260	278.564
Telefonia		8.336	8.336
Benfeitorias em instalações		470.931	470.931
Bens em construção		550.000	-
(-) Depreciação		(2.335.561)	(2.246.967)
TOTAL DO ATIVO		R\$ 6.026.197	R\$ 5.890.892

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**P A S S I V O**

Valores expressos em R\$

	<u>Nota</u>	<u>31-DEC-23</u>	<u>30-DEC-22</u>
CIRCULANTE		599.596	859.065
Fornecedores diversos	6.1	133.219	367.313
Obrigações trabalhistas e sociais	6.2	64.949	102.733
Obrigações tributárias	6.3	31.569	35.603
Encargos sociais	6.4	41.849	52.957
Provisões		30.064	-
Obrigações diversas	6.5	295.349	297.860
Parcelamentos	6.6	2.598	2.598
NÃO CIRCULANTE		11.479.228	11.184.134
Empréstimos financeiros	7.1.1	1.843.167	1.231.577
Obrigações judiciais		-	-
Débitos federais parcelados	7.1.2	6.488.029	7.415.567
Obrigações trabalhistas e sociais	7.1.3	1.671.520	1.060.476
Projetos - Ministério Esporte	7.1.4	1.476.513	1.476.513
PATRIMÔNIO SOCIAL		(6.052.627)	(6.152.307)
Patrimônio social	9	148.437	148.437
Déficit acumulado		(6.201.065)	(6.300.744)
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 6.026.197	R\$ 5.890.892

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Valores Expressos em R\$

	Nota	31-DEC-23	30-DEC-22
RECEITAS DO EXERCÍCIO		7.219.193	7.130.537
Receitas de patrocínios	10.1.1	4.406.383	5.140.185
Receitas financeiras	10.1.2	1	2.411
Outras receitas	10.1.3	2.812.809	1.987.941
DESPESAS OPERACIONAIS	10.2	(7.095.694)	(6.542.405)
Despesa pessoal	10.2.1	(3.250.275)	(2.035.265)
Despesa geral	10.2.2	(802.745)	(364.586)
Despesa com prestação de serviços	10.2.3	(575.795)	(325.058)
Despesa com veículos	10.2.4	(6.393)	(3.423)
Despesas com eventos	10.2.5	(2.320.121)	(3.439.491)
Despesas financeiras	10.2.6	(140.365)	(374.582)
Resultado do Exercício		R\$ 123.499	R\$ 588.131

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

Valores expressos em R\$

	<u>31-DEC-23</u>	<u>30-DEC-22</u>
Atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício	123.499	588.131
Depreciação	88.594	82.448
Adiantamentos a delegação esportiva	(7.769)	(34)
Créditos pessoais	575	26.573
Outros direitos realizáveis	(434.755)	-
Despesas pagas antecipadamente	(178.586)	-
Outros adiantamentos	35.258	-
Adiantamento para prestação de contas	-	1.063.957
Depósitos de bloqueios judiciais	(333.566)	(87.460)
Fornecedores diversos	(234.095)	3.431
Obrigações trabalhistas e sociais	573.260	(29.191)
Obrigações tributárias	(4.034)	(423.422)
Encargos sociais	(11.109)	40.717
Obrigações diversas	(2.512)	(44.526)
Provisões	30.064	-
Débitos federais parcelados	(927.539)	(6.390.330)
Ajuste de avaliação patrimonial	(23.820)	5.924.595
Recursos provenientes das atividades operacionais	R\$ (1.306.533)	R\$ 754.890
Atividades de financiamento		
Empréstimos financeiros	611.590	-
Recursos aplicados nas atividades de financiamentos	611.590	-
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(560.157)	(10.111)
Recursos aplicados nas atividades de investimento	R\$ (560.157)	R\$ (10.111)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R\$ (1.255.101)	R\$ 744.778
Caixa no início do exercício e equivalente de caixa	3.075.607	2.330.828
Caixa no final do exercício e equivalente de caixa	1.820.506	3.075.607
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R\$ (1.255.101)	R\$ 744.779

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL**Rio de Janeiro - RJ****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL****PERÍODO DE 01-Jan-17 a 31-Dec-23**

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL		SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO		TOTAL GERAL
Saldo em 01-Jan-2017	R\$	148.437	R\$	(7.690.923)	R\$ (7.542.486)
Déficit do exercício				(715.301)	(715.301)
Ajuste de variação patrimonial				2.157.462	2.157.462
Saldo em 31-Dec-2017	R\$	148.437	R\$	(6.248.762)	R\$ (6.100.324)
Superávit do exercício				460.899	460.899
Ajuste de variação patrimonial				105.692	105.692
Saldo em 31-Dec-2018	R\$	148.437	R\$	(5.682.171)	R\$ (5.533.733)
Superávit do exercício				779	779
Ajuste de variação patrimonial				231.168	231.168
Saldo em 31-DEC-2019	R\$	148.437	R\$	(5.450.224)	R\$ (5.301.786)
Superávit do exercício				88.467	88.467
Saldo em 31-DEC-2020	R\$	148.437	R\$	(5.361.757)	R\$ (5.213.319)
Superávit do exercício				42.981	42.981
Ajuste de variação patrimonial				(7.494.695)	(7.494.695)
Saldo em 31-DEC-2021	R\$	148.437	R\$	(12.813.471)	R\$ (12.665.033)
Superávit do exercício				588.131	588.131
Ajuste de variação patrimonial				5.924.595	5.924.595
Saldo em 31-DEC-2022	R\$	148.437	R\$	(6.300.744)	R\$ (6.152.307)
Superávit do exercício				123.499	123.499
Ajuste de variação patrimonial				(23.820)	(23.820)
Saldo em 31-DEC-2023	R\$	148.437	R\$	(6.201.065)	R\$ (6.052.627)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

	<u>31-DEC-23</u>	<u>30-DEC-22</u>
Resultados		
Total receitas:	7.219.193	7.130.537
Receitas de patrocínios	4.406.383	5.140.185
Receitas financeiras	1	2.411
Outras receitas	2.812.809	1.987.941
Resultado do período	123.499	588.131
Gastos administrativos geral	11,12%	5,11%
Desempenho		
Capital circulante líquido	2.965.038	3.553.980
Capital de Giro Necessário	2.923.762	2.290.000
Tesouraria	41.290	1.296.391
Rentabilidade sobre receitas %	5846%	1212%
Rentabilidade do patrimônio líquido % - ROE	-2%	-10%
Ebitda s/ receita líquida	5%	14%
Giro do ativo	1,2	1,2
Retorno do ativo (%)		
Geração fluxo de caixa operacional	(1.936.533)	754.890
Dados balanço		
Endividamento	12.078.824	12.043.199
Patrimônio social	(6.052.627)	(6.152.307)
Despesa financeira	140.365	374.582
Ativo circulante e não circulante	6.026.196	5.890.891
Passivo circulante e não circulante	12.078.824	12.043.199
Despesas operacionais	7.095.694	6.542.405
Outros dados		
Ebitda	352.458	1.045.161
Depreciação e amortização	88.594	82.448
Índices		
Liquidez geral - LG	0,30	0,37
Liquidez seca - LS	5,95	5,14
Liquidez corrente - LC	5,95	5,14
Grau de endividamento - GE	2,00	2,04
Estrutura de capital (%)		
Endividamento	-199,56%	-195,75%
Endividamento curto prazo	-9,91%	-13,96%
Imobilização do patrimônio social	-26,92%	-18,82%

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, designada pela sigla CBB, com sede na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 25 de Dezembro de 1933, e única filiada no território nacional à Federação Internacional de Basketball, designada pela sigla FIBA e ao Comitê Olímpico do Brasil designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônio próprio e constituída pelas Entidades filiadas de administração de basquetebol, todas com direitos iguais, que, no território brasileiro dirijam ou venham dirigir de fato o basquetebol, tem por objetivo: a) dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do basquetebol, inclusive o profissional, em todos os níveis e modalidades; b) promover a realização de campeonatos e torneios de basquetebol, com a participação de representantes regionais e associações que lhe são filiadas, bem como de competições internacionais, de acordo com as normas das entidades dirigentes na área internacional; c) autorizar que suas filiadas, direta ou indiretamente, federações e associações comerciais, realizem as competições referidas na alínea anterior, aprovando os regulamentos; d) zelar pela organização e pela disciplina da prática do basquetebol nas federações, nas entidades e nas associações que lhe são filiadas; e) cumprir e fazer cumprir os atos originários da FIBA e das demais entidades internacionais a que esteja filiada; f) expedir aos filiados, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, funcionamento e disciplina das atividades do basquetebol; g) regulamentar as disposições baixadas a respeito dos atletas amadores e profissionais dispondo sobre inscrições, registros, inclusive de contratos, transferências, remoções e reversões, cessões temporárias ou definitivas bem como sobre registros de técnicos; h) decidir sobre a adoção do profissionalismo no basquetebol por parte dos seus membros filiados; i) tomar quaisquer medidas que se tornem necessárias ou convenientes a fim de impedir que infrinjam os Estatutos e demais normas da FIBA; j) aplicar penalidades, no limite de suas atribuições, aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias, regulamentares e legais; k) suspender ou desfiliar qualquer de seus membros que infrinjam ou tolerem que seus filiados infrinjam os Estatutos da FIBA e da CBB e demais normas vigentes por elas aprovadas, estendendo a penalidade ao filiado, quando for o caso; l) interceder, perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e legítimos interesses das pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas à sua jurisdição; m) representar o basquetebol, em qualquer atividade de cunho internacional, ressalvada a competência do Comitê Olímpico do Brasil, com poderes para celebrar convênios e acordos, assim como orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das federações e das entidades e associações que lhe são filiadas, no âmbito internacional; n) decidir quanto à participação de delegações desportivas de seus membros filiados em competições internacionais no exterior, de acordo com a legislação desportiva, bem assim fiscalizar a sua constituição e desempenho; o) praticar, no exercício da direção nacional do basquetebol, todos os atos necessários à realização de seus fins.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e estão apresentadas em real (R\$), sendo esta a moeda funcional da sociedade.

O CPC PME está convertido às normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC PME requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de patrocínios são reconhecidas no resultado quando todos os riscos são transferidos para a entidade e os benefícios econômicos são gerados a favor da sociedade. Uma receita não é reconhecida se houver incertezas em relação à sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e são representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante.

A entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um ativo

financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros recebíveis.

3.2.2 Passivos financeiros

A entidade reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial.

A entidade tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos, e outros débitos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixas futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis às de mercado, estando registradas ao seu valor justo e de realização.

3.2.4 Ativo Circulante e não circulante

Os valores foram registrados pelo seu valor nominal.

Sendo considerado curto prazo as operações com menos de 12 (doze) meses e a longo prazo as operações superiores a doze) meses.

3.2.5 Imobilizado

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e do valor estimado. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis.

NOTA 4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Caixa e Bancos

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, 31 de dezembro de 2023, perfazendo o montante de R\$ 53.889 (cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais).

4.1.3. Aplicações Financeiras

	31-dez.-23	31-dez.-22
CEF Poupança COB 013-13314	14	13
CEF Poupança 14818-3		32.398
Total	R\$ 14	R\$ 32.411

4.1.4. Aplicações Financeiras

Está demonstrado no grupo ativo circulante nas contas de aplicações financeiras do Banco do Brasil o montante de R\$ 1.766.603 (um milhão setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e três reais atualizados até 31 de dezembro de 2023. No decorrer do ano de 2020 ocorreram bloqueios judiciais nas contas já bloqueadas para futuro abatimento do saldo devedor com o Banco Itaú.

4.1. Adiantamento a delegação esportiva

O valor de R\$ R\$ 9.544 (nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais) em 31 de dezembro de 2023, é referente a adiantamentos à delegação esportiva para futura prestação de contas.

4.2. Adiantamentos a dirigentes

O valor de R\$ 150.663 (cento e cinquenta mil seiscientos e sessenta e três reais) em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao saldo remanescente de adiantamentos à dirigentes de anos anteriores a 2017, Carlos Nunes, para futura prestação de contas.

4.3. Adiantamento para prestação de contas

O Comitê Olímpico do Brasil – Lei Agnelo Piva, destinou em exercícios anteriores a 2017 o valor de R\$ 1.149.167 (hum milhão cento e quarenta e nove mil cento e sessenta e sete reais) efetivamente pagos pelo COB, constantes em processos em análise.

4.4. Outros direitos realizáveis

O valor de R\$ 434.755 (quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais) referem-se a receita obtida com a realização da janela classificatória para a Copa do Mundo Masculino Adulta, em Santa Cruz do Sul, em fevereiro de 2023.

NOTA 5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.1. Realizável a longo prazo:

5.1.1 Carta de crédito – consórcio

O saldo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 35.739 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais) refere-se aos valores remanescentes de exercícios anteriores a 2017.

5.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Referem-se a despesas pagas cuja prestação de contas será apresentada em 2024 no valor de R\$ 178.586 (cento e setenta e oito mil quinhentos e oitenta e seis reais) em 31 de dezembro de 2023.

5.1.3 Bloqueios judiciais

Foram realizados diversos bloqueios judiciais, em contas bancárias da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, perfazendo o montante de R\$ 617.791 (seiscientos e dezessete mil setecentos e noventa e um reais) por conta de processos judiciais até 31-12-2023.

5.2. Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão pela adoção do custo atribuído em seus ativos. Os bens foram depreciados considerando a vida útil aplicada pela legislação tributária e a constante valorização de mercado de veículos usados. A adoção do custo atribuído, somada à revisão das vidas úteis estimadas geraram um efeito no imobilizado líquido em contrapartida na conta de Avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, sendo deduzido o respectivo imposto de renda e da contribuição social diferida. A seguir demonstramos o detalhamento dos bens do ativo imobilizado:

	31-dez.-23	31-dez.-22
Imóveis	2.023.312	2.023.312
Equipamentos	258.144	250.683
Computadores e Periféricos	187.369	187.369
Instalações	185.653	185.653
Moveis e Utensílios	281.260	278.564
Telefonia	8.336	8.336
Benfeitorias em instalações	470.931	470.931
Bens em construção	550.000	-
Total	R\$ 3.965.005	R\$ 3.404.848

NOTA 6. PASSIVO CIRCULANTE

Estão representados neste grupo os compromissos assumidos à curto prazo, conforme demonstrados a seguir:

6.1. Fornecedores

	31-dez.-23	31-dez.-22
Fornecedores diversos	133.219	367.313
Total	R\$ 133.219	R\$ 367.313

6.2. Obrigações trabalhistas e sociais

	31-dez.-23	31-dez.-22
Salários a Pagar	64.949	69.018
Ferias a Pagar	-	20.951
Contrib. Sindical a Recolher	-	12.764
Total	R\$ 64.949	R\$ 102.733

6.3. Obrigações tributárias

São obrigações Federais/Estaduais/Municipais a serem cumpridas no prazo de 12(doze) meses:

	31-dez.-23		31-dez.-22	
IRRF (Cod. 0561) a Recolher		24.472		32.589
PCC (PIS/COFINS/CSLL) a Recolher		498		-
PIS a Recolher		1.324		1.674
ISS Recolher Terceiros		-		1.050
Débitos previdenciários RFB - Parcelados		4.983		-
INSS retido a recolher		291		291
Total	R\$	31.569	R\$	35.603

6.4. Encargos sociais

	31-dez.-23		31-dez.-22	
INSS a Recolher		31.253		39.566
FGTS a Recolher		10.596		13.392
Total	R\$	41.849	R\$	52.957

6.5 Obrigações diversas

	31-dez.-23		31-dez.-22	
Aluguéis a pagar		23.694		23.694
Outras contas a pagar		11.951		5.927
Acordo Judicial		7.702		7.702
Acordo com Fornecedores		8.030		8.030
FIBA		204.696		204.696
Empréstimo a terceiros		13.276		13.276
Fed. Catarinense de Basketball		26.000		26.000
Acordo trabalhista		-		8.536
Total	R\$	295.349	R\$	297.860

6.6 Parcelamentos

Estão registrados nesta conta parcelamentos de diversas inscrições imobiliárias de IPTU do referido imóvel da Confederação perfazendo montante de R\$ 2.598 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais) em 31 de dezembro de 2023.

NOTA 7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 Exigível a longo prazo

São todas as obrigações a serem cumpridas no prazo superior a 12 (doze) meses.

7.1.1. Empréstimos financeiros

Foram demonstrados nesta conta os valores de empréstimos contraídos com o Banco Itaú S/A, conforme contrato nº 30296/30634935, renegociados de acordo com o processo judicial 0201970-92.2013.8.19.0001, juros de 1,90 am, em 48 parcelas de R\$ 61.263,07 (sessenta e um mil duzentos e sessenta e três reais e sete centavos) em 16/05/2016, sendo as parcelas paga na data de seus vencimentos o valor da parcela será de R\$ 45.947,30 (quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

Constatamos que o respectivo empréstimo não foi cumprido no ano de 2016, perfazendo o montante atualizado à data de 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1.843.167 (hum milhão oitocentos e quarenta e três cento e sessenta e sete reais).

No exercício de 2017 foram realizados bloqueios judiciais nas contas bancárias do Banco do Brasil da Confederação Brasileira de Basketball a fim de quitar o saldo devedor com o Banco Itaú S/A, até o presente relatório não recebemos do Banco Itaú saldo atualizado de empréstimos.

7.1.2 Débitos federais - Parcelados

O valor de R\$ 6.488.029 (seis milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e vinte e nove reais) feferem-se valores devidos de junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda nacional que foram parcelados no ano calendário de 2022.

7.1.3 Obrigações trabalhistas e sociais

Estão registradas nas contas os saldos de anos anteriores até 31/12/2019 cuja obrigação excede a 12 meses, sendo considerada por esta auditoria como obrigações não circulantes, demonstradas no quadro abaixo:

	31-dez.-23	31-dez.-22
Rescisões a pagar	421.806	551.366
Salários/Férias a Pagar	619.714	509.110
Total	R\$ 1.041.520	R\$ 1.060.476

7.1.4 Projetos – Ministério do Esporte

Foram reclassificados no grupo ativo não circulante por excederem a 12 meses os valores contabilmente registrados em anos anteriores que referem-se a patrocínios da EUROFARMA, ELETROBRÁS e BRADESCO bloqueados pelo Ministério do Esporte, perfazendo o montante de R\$ 1.476.513 (hum milhão quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e treze reais) à data de 31 de dezembro de 2023.

NOTA 8. CONTINGÊNCIA CÍVEL-TRABALHISTA

8.1 A Confederação Brasileira de Basketball possui ações de natureza cíveis, em situações prováveis de perda que perfazem o montante total das causas em R\$ 9.219.568 (nove milhões duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e oito reais) conforme abaixo demonstrado:

Processo	Autora/Réu-CBB
0295009-12.2014.8.19.0001	DHP Viagens e Turismo Ltda
0056563-84.2015.8.19.0001	Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
0334442-23.2014.8.19.0001	Javo Comunicação Ltda
0121458-20.2016.8.19.0001	Vcolor Comunicação Visual Ltda-Me
0243314.48.2016.8.19.0001	DMX Soluções em Vídeo Eirele
0270956-93.2016.8.19.0001	In Press Média Guide Assessoria de Imprensa e Comunicação Ltda Antonio Carlos Andreazza Gonçalves de Oliveira
0208061-62.2017.8.19.0001	Condomínio do Edifício Bokel
22.2017.8.19.0001	Praxis Consultoria e Informação Desportiva Ltda
0305921-63.2017.8.19.0001	Nelson Willian & advogados Associados

8.2 A seguir demonstramos as ações de natureza cíveis que foram extintas ou negociadas Até 31-12-2023, perfazendo o montante de R\$ 15.899.320 (quinze milhões oitocentos e noventa e nove mil trezentos e vinte reais):

Processo	Autora/Réu-CBB
0188059-53.2010.8.19.0001	Champion Products Europe Ltda
0276105-75.2013.8.19.0001	Tamoyo Internacional Agência de Viagens e Turismo Ltda
0068799-34.2016.8.19.0001	BSB Marketing Esportivo S/A

8.3 Por outro lado, constatamos que a entidade possui ação cível movida contra ELETROBRÁS, no montante de R\$ 18.798.422 (dezoito milhões setecentos e noventa e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais), processo de nº 0146967-50.2016.8.19.0001.

8.4 A Confederação Brasileira de Basketball possui em andamento processos trabalhistas sendo que dois já foram quitados no ano calendário de 2023, quatro estão em negociação e os demais em tramitação inicial. Os valores estão demonstrados no item 7.1.3 do Balanço Patrimonial.

NOTA 9. PATRIMONIO SOCIAL

Compõe o saldo do Patrimônio social o valor de R\$ 148.437 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais) em 31 de dezembro de 2023.

NOTA 10. APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas e receitas do exercício foram integralmente reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

10.1 Receitas

10.1.1 Receita Patrocínios

	31-dez.-23	31-dez.-22
Liga Nac. de Basquete	6.903	204.353
Nike do Brasil Comercio e Participações	303.848	58.706
Motorola Mobility Com. de produtos Eletrônicos Ltda.	-	227.500
Receita Premiações - FIBA	-	199.624
Patrocínios geral	4.095.633	4.450.002
Total	4.406.383 R\$	5.140.185

10.1.2 Receitas financeiras

	31-dez.-23	31-dez.-22
Receita de Aplicação Financeira	1	2.411
Total	R\$ 1 R\$	2.411

10.1.3 Outras receitas

	31-dez.-23	31-dez.-22
Alugueis salas	76.461	73.720
Taxa de Inscrição/Transf. de Atletas/Clubes	365.383	469.125
Inscrições clubes (CBC)	-	26.000
Inscrições clubes (CBI)	450.451	325.560
Inscrições clubes (CBA)	128.380	317.000
Receitas Eventuais	-	69.529
Receitas diversas	530.681	1.985
Recuperação de despesas	6.817	-
Doação COB	819.881	705.022
Janela Mundial Adulto Masculino	434.755	-
Total	R\$ 2.812.809 R\$	1.987.941

10.1.2.1 Receita e despesas Pagas pelo COB

Constatamos que no ano de 2023 o Comitê Olímpico do Brasil – COB realizou pagamentos de despesas à Confederação Brasileira de Basketball no valor total realizado de R\$ 5.826.456 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Os valores pagos pelo COB compõem a receita que deveria ter sido destinada à Confederação Brasileira de Basketball no ano de 2023, mas devido a impossibilidade do cumprimento das obrigações de certidões não foi possível o referido recebimento, sendo assim desembolsados pelo COB.

Constatamos que se no ano calendário de 2023 a CBB tivesse recebido o total da receita oriunda do COB no valor de R\$ 5.826.456 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais) juntamente com as demais receitas devidamente recebidas de patrocínios e demais receitas no valor de R\$ R\$ 7.219.192 (sete milhões duzentos e dezenove mil cento e noventa e dois reais) teríamos a totalidade de recursos de R\$ 13.045.648 (treze milhões quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais), o percentual da despesa administrativa teria sido de 6,15% e não 11,12% como apresentado nos resultados de dados financeiros selecionados demonstrados na página 11 deste relatório.

10.2. Despesas Operacionais

10.2.1 Pessoal

	31-dez.-23	31-dez.-22
Salários	1.216.460	1.177.994
Férias	161.013	162.765
13º. Salário	82.725	109.693
Vale Transporte	14.696	8.008
FGTS	221.259	117.851
Ações trabalhistas	886.814	-
Plano de Saúde/Assistência Médica	16.142	-
INSS	371.023	381.719
Vale Refeição	119.125	63.122
Pis s/ Folha	13.792	14.112
Outras Despesas pessoal	147.225	-
Total	R\$ 3.250.275	R\$ 2.035.265

10.2.2 Gerais

	31-dez.-23	31-dez.-22
Agenciamento/corretagem/despachante	10.533	-
Água, luz, telefone e gás	13.191	-
Alimentação	188.626	-
Aluguéis	238.120	90.642
Bens de Pq. Valor	4.849	-
Condomínio	-	3.974
Depreciação do Imobilizado	86.418	82.448
Despesas Legais e Cartoriais	15.566	-
Despesas tributárias	19.764	47.998
Diretoria Adm Financeira	23.961	-
Fretes e carretos	14.086	-
Manutenção Conservação Imóveis	72.434	-
Manutenção e instalação	10.000	120
Material de Escritório	7.697	2.375
Material/ serviços gráfico	17.235	-
Outras despesas	47.468	-
Serviços de limpeza	6.203	5.520
Total	R\$ 802.745	R\$ 364.586

10.2.3 Despesa com prestação de serviços

	31-dez.-23	31-dez.-22
Honorários Contábeis	43.142	35.510
Honorários Advocáticos	440.600	277.548
Manutenção Informática/Internet	37.308	-
Serviços Profissionais	54.746	12.000
Total	R\$ 575.795	R\$ 325.058

10.2.4 Despesas de veículos

	31-dez.-23	31-dez.-22
Combustíveis	5.782	1.641
Estacionamentos/Pedágios/IPVA	611	1.783
Total	R\$ 6.393	R\$ 3.423

10.2.5 Despesa com eventos

	2.023	2.022
Total	2.320.121	3.439.491

10.2.6 Despesas financeiras

	31-dez.-23	31-dez.-22
Juros Passivos e multas	-	459
Tarifa bancária	2.982	4.276
Juros s/parcelamentos e impostos	137.383	206.428
Multas passivas	-	163.419
Total	R\$ 140.365	R\$ 374.582

PRYZE